



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.

PROJETO DE EXTENSÃO OBSERVATÓRIO DA PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE E LUTAS SOCIAIS EM DEFESA DO SUS: SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

Joseane Barbosa de Lima¹

Bruna Atalaya de Almeida²

Carina Bárbara de Carvalho Dornelas³

Flávia Fernandez Zschaber⁴

Laura Pires Gualberto Marçola⁵

Mariana Tavares Sousa⁶

Resumo: O artigo tem como objetivo sistematizar a experiência do Projeto de Extensão "Observatório da Privatização". O trabalho está dividido em duas partes. Na primeira realizou-se uma reflexão teórica sobre o direito à saúde no Brasil, vinculado às lutas. Na segunda parte apresenta-se o Projeto de Extensão.

Palavras-Chave: Projeto de Extensão; Saúde; Observatório.

Abstract: The article aims to systematize the experience of the Extension Project "Privatization Observatory". The paper is divided into two parts. The first was a theoretical reflection on the right to health in Brazil, linked to the struggles. The second part presents the Extension Project.

Keywords: Extension Project; Health; Observatory

INTRODUÇÃO

Este artigo consiste num relato de experiência da construção e implementação do Projeto de extensão Observatório da Privatização da Política de Saúde brasileira e Lutas Sociais em Defesa do SUS, vinculado à Faculdade de Serviço Social da UFJF.

O Projeto "observatório da Privatização da Saúde" pretende tornar acessíveis à população em geral os dados sobre alocação de recursos e ações governamentais referentes ao fortalecimento ou desmonte da política pública de saúde brasileira. Trata-

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: <jo.asocial@hotmail.com>.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: <jo.asocial@hotmail.com>.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: <jo.asocial@hotmail.com>.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: <jo.asocial@hotmail.com>.

⁵ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: <jo.asocial@hotmail.com>.

⁶ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: <jo.asocial@hotmail.com>.

se de um projeto de grande relevância, uma vez que a saúde é um direito social universal assegurada na Constituição de 1988 e na sua lei orgânica (Lei 8.080/90), e desde a sua aprovação vem sofrendo fortes contingenciamentos.

A sistematização da experiência do referido projeto de extensão está organizada em duas partes: inicialmente realizou-se uma reflexão teórica sobre o direito à saúde no Brasil, vinculado às lutas sociais no âmbito do Movimento da Reforma Sanitária brasileira nos anos 1980, e a consolidação do Sistema Único de Saúde por meio da Lei 8080/90. Na segunda parte do artigo apresentamos o Projeto “Observatório da Privatização”, seus objetivos e as atividades desenvolvidas até o momento.

1 Lutas Sociais e a conquista do Direito à saúde no Brasil

A Constituição Federal de 1988 e as Leis Orgânicas da Saúde 8.080/90 e 8.142/90 contemplam um sistema de saúde baseado no modelo de Reforma Sanitária propugnado pelo Movimento Sanitário.

O Movimento da Reforma Sanitária nasceu no contexto da luta contra a ditadura militar brasileira, em meados da década de 1970, e também contra a política de saúde excludente caracterizada pelo privilegiamento do setor privado da saúde, expresso na consolidação de um complexo médico-industrial, que beneficiou empresas internacionais de produção de medicamentos e de equipamentos médicos; e através da compra de serviços médicos privados, a qual proporcionou o crescimento das empresas médicas lucrativas (Bravo, 2011). No período em questão, o Estado brasileiro franqueou o capital privado à prestação de serviços considerados rentáveis, como saúde, educação, habitação, e mercado de seguros, em mais de 80% (Luz, 1991).

O desenvolver do Movimento da Reforma Sanitária brasileira, nos anos 1980, colocou a discussão da saúde no âmbito político e em sintonia com os princípios democráticos. Fleury (2009) destaca alguns os princípios que orientaram esse processo:

[...] Um princípio ético-normativo que insere a saúde como parte dos direitos humanos; um princípio científico que compreende a determinação social do processo saúde/doença; um princípio político que assume a saúde como direito universal inerente à cidadania em uma sociedade democrática; um princípio sanitário que entende a proteção à saúde de forma integral, desde a promoção, passando pela ação curativa, até a reabilitação (FLEURY, 2009, 748).

A saúde, como direito de todos e dever do Estado foi então garantida na Constituição de 1988 e regulamentada nas Leis 8.080 e 8.142, em 1990. Com o processo de descentralização, a saúde pública foi organizada nos municípios

brasileiros, expandindo-se no território nacional. Entre os principais aspectos aprovados por esta Constituição, tem-se:

- O direito universal à Saúde e o dever do Estado, acabando com discriminações existentes entre segurados/ não segurados, rural/ urbano;
- As ações e Serviços de saúde passaram a ser considerados de relevância pública, cabendo ao poder público sua regulamentação, fiscalização e controle;
- Constituição do Sistema Único de Saúde, integrando todos os serviços públicos em uma rede hierarquizada, regionalizada, descentralizada e de atendimento integral, com participação da comunidade;
- A participação do setor privado no sistema de saúde deverá ser complementar, preferencialmente com as entidades filantrópicas, sendo vedada a destinação de recursos públicos para subversão às instituições com fins lucrativos. Os contratos com entidades privadas prestadoras de serviços far-se-ão mediante contrato de direito público, garantido ao Estado o poder de intervir nas entidades que não estiverem seguindo os termos contratuais;
- Proibição da comercialização de sangue e derivados (BRAVO, 2006).

A partir da Constituição de 1988, a saúde torna-se então um direito social, regulamentado tanto pela Carta Magna quanto pela Lei Orgânica da Saúde, que devem direcionar a política nacional de saúde a partir dos princípios: universalidade, equidade, integralidade, descentralização e participação social. A regulamentação ainda prevê a redefinição da atuação dos entes governamentais (União, Estados e Municípios) na prestação dos serviços.

Os princípios que norteiam a Política de Saúde dizem respeito a:

Universalidade: todas as pessoas, sem exceção, têm direito aos serviços públicos de saúde em todos os níveis de assistência, independente de cor, raça, religião, local de moradia, situação de emprego ou renda. Este princípio vem sendo burlado, pois o que tem acontecido de fato é o processo de universalização excludente. A universalização acontece legalmente, mas na realidade, diante da precariedade da assistência à saúde da rede pública, que não consegue absorver a demanda nem manter um padrão de qualidade nos serviços prestados, parcelas da população foram empurradas para o mercado privado de saúde.

Integralidade: a assistência à saúde deve ser pautada pelo conjunto articulado de ações e serviços preventivos e curativos que considerem os usuários com seres sociais inseridos numa realidade social, econômica e política. As pessoas não podem ser tratadas como um amontoado de partes do corpo que têm disfunções próprias, sem relação com a realidade concreta em que vivem. Assim, essas ações devem estar voltadas para a promoção (ações em outras áreas como habitação, meio ambiente, educação etc.), prevenção (saneamento básico, imunizações etc.), e recuperação da saúde (atendimento médico, reabilitações para doentes).

Descentralização político-administrativa com direção única em cada esfera de governo: é viabilizada pela municipalização, transferindo-se recursos e poder de decisão às esferas locais.

Participação da comunidade: a participação na definição da política de saúde é um direito institucionalizado em duas instâncias colegiadas, a Conferência e o Conselho (CORREIA, 2005, p. 165-166).

Contudo, a consolidação do arcabouço legal do Sistema Único de Saúde, ocorreu em um contexto em que a disputa ideológica favoreceu amplamente o projeto neoliberal, reorganizando as relações entre Estado e sociedade em bases distintas daquelas propostas pelos protagonistas do Movimento de Reforma Sanitária. Assim, desde a sua aprovação, o SUS vem sofrendo a descaracterização dos seus princípios, sobretudo no que tange ao seu caráter universal e público, donde destacamos o estímulo às privatizações do setor.

2 O Projeto de Extensão Observatório da Privatização da Política de Saúde brasileira e lutas sociais em defesa do SUS

A proposta de construir o Projeto de Extensão “Observatório da Privatização” surgiu no segundo semestre do ano 2018 se propondo a acompanhar, analisar e divulgar as informações relacionadas à transferência de recursos públicos da saúde para o setor privado de saúde, e terceirizações no âmbito do SUS, de forma a facilitar o controle social e as lutas sociais em defesa de uma saúde pública, estatal e de qualidade. O projeto está vinculado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/FSS) e atualmente conta com uma (1) professora coordenadora vinculada à FSS/UFJF, uma (1) bolsista de extensão, uma (1) bolsista de iniciação científica e quatro (4) alunas voluntárias.

Parte-se do pressuposto de que o projeto universalizante do Sistema Único de Saúde, apesar das bases legais em que se firma, tem encontrado dificuldades na sua concretização, pois está na contramão dos interesses mercadológicos para a assistência à saúde. O projeto do capital na saúde é defendido pelo setor privado, pelos donos de hospitais, diretores de hospitais filantrópicos e beneficentes e grupos privados de saúde. Suas raízes estão no modelo assistencial privatista que visa à privatização, contenções de gastos, através de medidas que promovam austeridade, e seleção de demanda (racionalização de oferta e descentralização com isenção do poder central e a focalização). Já o projeto da reforma sanitária tem como uma das suas estratégias o SUS e, como premissa, a saúde como direito de todos e dever do Estado (BRAVO,

2006). É esse último projeto de saúde, que o observatório pretende fortalecer por meio da divulgação das tendências do orçamento da saúde pública.

Desse modo, consideramos importante a produção de análises que ultrapassem a aparência dos fatos, e explicitem os processos determinantes desta realidade, a partir de estudos que demonstrem os mecanismos de desmonte e privatização por dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) para a população em geral. Nessa direção, o Observatório da Privatização da Saúde e Lutas sociais em Defesa do SUS pretende:

- Elaborar boletins informativos trimestrais sobre a conjuntura da saúde brasileira;
- Construir um banco de dados sobre o orçamento do SUS; explicitando as parcerias público privadas; Convênios e outras estratégias do setor privado na disputa pelo fundo público da saúde;
- Elaborar cartilha informativa sobre o orçamento da saúde público dos últimos cinco anos, e o desmonte do SUS;
- Acompanhar as reuniões do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora;
- Acompanhar e participar das ações e reuniões da Frente Nacional Contra a privatização da saúde em defesa do SUS;
- Construir junto aos movimentos sociais da saúde (Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, Fóruns de Saúde e Conselhos de Saúde) estratégias em defesa do SUS público, estatal, universal e de qualidade.

2.1 Atividades desenvolvidas pelo “Observatório da Privatização”

O projeto de extensão “Observatório da Privatização” está completando os seus primeiros dez meses de existência. Desse período, o primeiro semestre esteve focado em atividades formativas internas das estudantes extensionistas, sendo estudadas as temáticas: Fundo público e Orçamento Público; História da Política de Saúde brasileira; Lei Orgânica da Saúde e Controle Social (Lei 8080/90 e Lei 8142/90); Sistema único de Saúde; Financiamento do SUS (EC 29/2000 e Lei Complementar nº 141/2012); Neoliberalismo e contrarreforma do estado brasileiro. Dentre as principais atividades desenvolvidas no período de Setembro de 2018 a Maio de 2019 podem-se destacar:

1. Reuniões sistemáticas da equipe do observatório – Semanal (para estudos das temáticas citadas anteriormente e planejamento das ações, e atividades de capacitação e treinamento da equipe discente para acesso dos dados do orçamento da saúde nos portais: Siga Brasil; SIOPS e Data SUS;

Dentro dessa proposta, foi realizada em abril de 2019 uma Roda de Conversa com o tema *“Financiamento e Subfinanciamento da Saúde: dilemas para a consolidação*

do SUS”. Este foi o primeiro evento público realizado pelo Projeto de extensão “Observatório da privatização da Política de Saúde brasileira e lutas sociais em defesa do SUS”.

A Roda de conversa aconteceu na Faculdade de Serviço Social da UFJF, tendo como convidada a prof^a. Ms. Marina Mancini, que apresentou de forma didática elementos importantes a respeito do financiamento da política de Saúde. Além da discussão sobre os conceitos e a sistemática da administração pública, foi ressaltado a importância da fiscalização do financiamento das políticas sociais por parte de todos os usuários, como também a dificuldade de entendimento das informações presentes nestes mecanismos. Os mecanismos destacados foram: portal da Transparência, que é um site onde o cidadão pode encontrar informações sobre como o dinheiro público é utilizado; Portal SIGA Brasil: sistema de informações sobre orçamento público federal; SIOPS: sistema informatizado operacionalizado pelo Ministério da Saúde, com informações referentes às receitas totais e às despesas com saúde dos orçamentos públicos. O evento foi aberto ao público e contou com a participação de todas as integrantes do projeto, de professoras e também estudantes da graduação.

2. Criação e alimentação diária da página online do “Observatório da Privatização”.

Facebook e Site: A página do Facebook foi criada com o intuito de socializar informações que tenham relação com a temática saúde, sendo publicadas produções e eventos realizados pelo próprio grupo do projeto ou notícias publicadas em site de informações e entretenimentos que são compartilhadas na página do observatório. Não são compartilhadas apenas notícias especificamente da área da saúde, mas toda e qualquer informação que tenha alguma relação ou que o conteúdo apresentado interfira e gere alguma consequência de alguma maneira nessa área. Já o site foi criado a partir do serviço do *Google* “blogger”, que permite a criação de um conjunto de páginas quem podem ser atualizadas diariamente com notícias, arquivos, fotos, textos, etc. O blogue do Observatório tem como objetivo divulgar os trabalhos e as produções realizadas pelo projeto de extensão, socializando desta maneira as informações levantadas e obtidas por meio de estudos teóricos e levantamento e análise de dados disponibilizados pelo Governo. Essas informações se relacionam com a área da saúde e o financiamento do SUS.

3. Publicação trimestral do Boletim Informativo do Observatório da Privatização:

O primeiro Boletim informativo foi publicado no mês de Abril de 2019. Neste exemplar abordamos inicialmente a comemoração do Dia mundial da Saúde, em 7 de Abril, apontando a importância desta data para a reflexão acerca do conceito de saúde, enquanto direito de todos e dever do Estado, como instituiu a Constituição de 1988. Ressaltaram-se também as ofensivas que o Sistema Único de Saúde (SUS) vem sofrendo, como a falta de recursos ou o desvio destes. Ademais, o boletim se propôs a debater sobre as várias áreas em que o SUS tem abrangência e qualificação, no que se refere à prestação de serviços à população, pontuando que este sistema não se restringe apenas às Unidades Básicas de Saúde (UBS's) ou às Unidades de Pronto Atendimento (UPA'S), contando com muitos outros dispositivos para além dos citados.

O segundo boletim do Observatório está previsto para Julho de 2019, no qual se pretendem analisar os impactos do primeiro semestre do governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro no SUS. Já para o segundo semestre de 2019, o observatório pretende lançar uma Cartilha Digital sobre o orçamento do SUS dos últimos cinco anos. Espera-se, com a publicação da cartilha, esclarecer o que é o Orçamento Público, quanto deste orçamento é destinado todos os anos para a Saúde, e quais funções recebem maiores investimentos. O objetivo é tornar essas informações mais claras para a população, e também desvendar as finalidades por trás de cada investimento de forma mais acessível e facilitada, para que os usuários do SUS compreendam melhor a utilização dos recursos públicos e a partir disso desenvolvam e fortaleçam formas de enfrentamentos e lutas sociais na defesa do Sistema Único de Saúde público, universal, e de qualidade.

2.2 Desafios para o desenvolvimento das ações do Projeto

Os desafios apresentados até aqui ao Projeto dizem respeito à articulação com os Movimentos Sociais no município de Juiz de Fora. O município ainda não conta com Fórum de Saúde vinculado à Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, e ainda não conseguimos identificar forças sociais para articular esse espaço de lutas na região de Juiz de Fora.

O Projeto enfrenta também dificuldades em termos de questões de recursos financeiros. No que concerne a recursos materiais, não os há para impressão de boletins, daí a opção por sua divulgação online. Outra questão que pode ser apontada como uma dificuldade é o fato do Projeto ter sido aprovado apenas com uma bolsista,

inviabilizando a dedicação exclusiva ao Projeto das demais discentes. Contudo, importante ressaltar que a ausência das bolsas de extensão não impacta no comprometimento das alunas extensionistas.

O acompanhamento as reuniões do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora (CMS/JF) é outro ponto que merece destaque. As reuniões acontecem na última quarta e quinta-feira de todos os meses, no horário das 19h, o que dificulta a participação das integrantes do Projeto nesse acompanhamento, devido a outros compromissos acadêmicos. Assim, nosso acompanhamento nesse espaço ainda tem sido insuficiente, uma vez que não temos conseguido acompanhar as discussões das pautas, e identificar sujeitos políticos que possam somar no fortalecimento das Lutas em defesa do SUS. Soma-se a essa dificuldade o fato do CMS/JF, no momento, não estar divulgando, em seu *site*, as atas das reuniões para consulta pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a divulgação de dados sobre o orçamento e privatizações no SUS é de extrema relevância para a população brasileira em geral, uma vez que 71% dos brasileiros, segundo o IBGE (2016), dependem exclusivamente do SUS, ou seja, são mais de 150 milhões de brasileiros que dependem exclusivamente do SUS para acessar serviços de saúde. Além disso, a saúde é um direito garantido constitucionalmente a todos os brasileiros, e foi conquistado por meio de lutas sociais.

Nessa direção, acreditamos que a proposta do Projeto de Extensão apresentado nesse trabalho é fundamental para desvendar os caminhos do financiamento da política de saúde brasileira, possibilitando o debate contemporâneo sobre a consolidação e universalização do direito à saúde, bem como para que os usuários da saúde e trabalhadores da saúde pública busquem meios de fortalecer os movimentos em defesa do Sistema Único de Saúde público, estatal e de qualidade, e contra os cortes na área.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm, acesso em Maio/2014

BRAVO, Maria Inês Souza. A política de saúde no Brasil. In: Mota et. al. (Orgs.) **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. Revista Trab. Educ. Saúde.

CORREIA, Maria Valéria C. O Conselho Nacional de Saúde e os Rumos da Política de Saúde Brasileira: mecanismo de controle social frente às condicionalidades dos organismos financeiros internacionais. Recife, 2005. **Tese de Doutorado em Serviço Social**, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

FLEURY, SÔNIA, Reforma sanitária brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. **Ciênc. saúde coletiva vol.14 nº.3**. Rio de Janeiro May/June 2009.